

PALAVRAS DO DIRETOR

O presente número, inteiramente dedicado à área de saúde, segue a mesma linha de números anteriores similares, procurando servir de fonte de informações constantemente atualizadas para orientar soluções que minimizem o problema da saúde no Brasil, principalmente ao nível das camadas de menor poder aquisitivo, onde é sensível a gravidade do problema. É inegável o fato de que num país onde não só se almeja, como também é necessário o incremento da produção, a saúde de sua população precise ser encarada com a devida seriedade. E é justamente a isso que nos propomos, ou seja, apresentamos, aqui, trabalhos que, criteriosamente, descrevem, informam, criticam e apresentam soluções coerentes com a nossa realidade.

Dessa forma, no primeiro artigo, Moema Miranda de Siqueira procura estudar a prática médica no Brasil, a partir de duas perspectivas. Na primeira, de cunho histórico, analisa a intervenção do Estado no mercado de produção de serviços de saúde e sua repercussão nos diversos tipos de prestação de serviços médicos; na segunda, constata que as relações de poder, presentes na sociedade, acabam por refletir-se nas modalidades de prestação de serviços médicos.

O Plano de Reorientação da Assistência Médica da Previdência Social: uma análise de sua coerência, factibilidade, viabilidade e desenho da estratégia, por sua vez, preocupa-se em analisar O Plano de Reorientação da Assistência Médica da Previdência Social, versão mais recente da política para o setor saúde na sociedade brasileira. Já a Prof^a Sonia Maria Fleury Teixeira, em seu artigo, procura fazer com que o leitor compreenda as mudanças observadas na organização da atenção médica previdenciária, visível a partir do aparecimento do Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (Conasp), em 1981. Para isso, procede a uma análise criteriosa, que retroage à criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966.

Em *Previdência Social: diagnóstico e perspectivas*, os autores fornecem dados e informações que, esperam, capacitem o leitor a discutir questões atuais relativas à Previdência e Assistência Social brasileira, baseados na crença de que a discussão de tal tema deve transcender o âmbito do Poder Executivo, fixando-se no âmbito da sociedade em geral.

José Rodrigues Filho, por sua vez, no artigo *O mercado de serviços médicos*, discute como seriam alocados os recursos ao setor saúde, com base no argumento tradicional do mecanismo de mercado.

Na parte de *Documentos*, encontra-se a Reorientação da assistência à saúde no âmbito da Previdência Social — primeiro ano, que é o relatório sobre o primeiro ano de gestão do Plano de Reorientação de Assistência à Saúde no

Âmbito da Previdência Social, elaborado pelo Conasp e aprovado em 23 de agosto de 1982. Este relatório foi apresentado pelo Dr. Aloysio de Salles Fonseca em depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado sobre a Previdência Social, em setembro/outubro de 1983.

No documento Uma política farmacêutica de tipo novo: princípios orientadores e resultados práticos da experiência moçambicana, Hélder Martins relata as importantes transformações ocorridas na política farmacêutica em Moçambique, após a independência, ocorrida a 25.6.75.

... a política farmacêutica moçambicana, após a independência, passou por transformações importantes, visando a melhoria do acesso à saúde e a produção local de medicamentos. O plano nacional de saúde, aprovado em 1977, estabeleceu como prioridade a produção de medicamentos essenciais, a racionalização do consumo e a melhoria da distribuição. A criação do Instituto Nacional de Saúde (INS) em 1978 foi um passo decisivo na implementação desta política. O INS passou a coordenar a produção, distribuição e consumo de medicamentos em todo o país. A produção local de medicamentos aumentou significativamente, permitindo a redução dos custos e a melhoria da qualidade. A distribuição foi também melhorada, com a criação de redes de distribuição em nível regional e local. A racionalização do consumo foi alcançada através da implementação de programas de educação em saúde e de campanhas de conscientização. Estas transformações resultaram em uma política farmacêutica mais eficiente e equitativa, contribuindo para a melhoria da saúde da população moçambicana.